

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 104.477 - SP (2018/0276481-5)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : HENRIQUE RIBEIRO DA COSTA
ADVOGADO : GABRIEL BIO RABINOVICI - SP372895
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

EMENTA

RECURSO EM *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO. PRETENSÃO DE REMOÇÃO AO REGIME DOMICILIAR. NECESSIDADE DA MEDIDA NÃO COMPROVADA. INEVIDENTE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. PARECER ACOLHIDO.

Recurso improvido.

DECISÃO

Neste recurso, que se volta contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo no HC n. 2160414-11.2018.8.26.0000, pretende-se a imediata concessão do benefício da prisão domiciliar a **Henrique Ribeiro da Costa** – condenado definitivamente por incurso nos arts. 157 e 159 do Código Penal, a cumprir 15 anos e 9 meses de reclusão, em regime inicial fechado –, com fundamento nos incisos II e VI do art. 318 do Código de Processo Penal, ou, ao menos, o abrandamento do atual regime prisional, a fim de que lhe seja permitido cumprir o restante da reprimenda no regime semiaberto.

Alega-se, em suma, que é inconcebível a segregação do paciente ao cárcere no atual momento de sua vida, em que se encontra com doença grave (câncer), possui residência fixa, emprego fixo e uma filha menor que depende do mesmo: tal ato será uma grave violação à dignidade da pessoa humana, e uma total contrariedade com a finalidade da ressocialização do condenado, se vier a ser preso (fl. 320).

Indeferi o pedido liminar.

Após prestadas informações, os autos seguiram ao Ministério Público Federal, que opinou nos termos do parecer assim resumido (fl. 557):

EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PRISÃO DOMICILIAR PARA TRATAMENTO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA IMPRESCINDIBILIDADE DA MEDIDA. FILHO MENOR. NECESSIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DE QUE O RECORRENTE, GENITOR, SEJA O ÚNICO RESPONSÁVEL PELOS CUIDADOS. PARECER PELO DESPROVIMENTO DO RECURSO ORDINÁRIO.

É o relatório.

Estou de acordo com esta manifestação do Subprocurador-Geral da República Alcides Martins (fls. 558/560 – grifo nosso):

[...]

5. Pugna-se, no recurso ordinário, pela concessão de prisão domiciliar, em razão de alegada condição debilitada de saúde do paciente, sendo impossível o atendimento de suas necessidades médicas no sistema penitenciário, e possuir filho menor que vive às suas expensas.

6. Cumpre salientar que o inciso II do art. 318 do Código de Processo Penal, com redação dada pela Lei nº 12.403/2011, permite ao magistrado a substituição da prisão cautelar pela domiciliar quando o agente for extremamente debilitado por motivo de doença grave.

7. Ademais, o art. 117, inciso II, da LEP, determina que em caso de debilidade extrema, por motivo de doença grave, somente o preso em regime aberto poderá ser beneficiado com a prisão domiciliar.

8. Destarte, **consoante jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, mostra-se necessária “a demonstração da extrema debilidade do réu, bem como da impossibilidade de ser submetido a tratamento adequado dentro do estabelecimento prisional (art. 318, II, do CPP)”** (RHC 54.613/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Quinta Turma, julgado em 24/02/2015, DJe 03/03/2015).

9. Ainda nesse sentido:

PROCESSO PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADEQUAÇÃO. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E ESTELIONATO TENTADO. PRISÃO PREVENTIVA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. EXCESSO DE PRAZO. TEMAS EXAMINADOS NO RHC 97.307/RS. REITERAÇÃO. PRISÃO DOMICILIAR. PRECÁRIO ESTADO DE SAÚDE. NÃO DEMONSTRAÇÃO. TRATAMENTO NO PRESÍDIO. POSSIBILIDADE. *WRIT* NÃO CONHECIDO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. Os temas referentes ao decreto preventivo e ao excesso de prazo já foram objeto de exame recente por esta Quinta Turma, nos autos do RHC 97.307/RS, julgado na sessão do dia 7/6/2018, que concluiu pela inexistência de ilegal mora processual atribuível ao Poder Judiciário, bem como pela necessidade da custódia cautelar, pois devidamente motivada na necessidade de resguardar a ordem pública, para se evitar a reiteração delitiva.

3. No caso dos autos, não se denota comprovação suficiente e pré-constituída do precário estado de saúde do paciente. Consoante laudo médico emitido por perito-médico com atuação na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, o tratamento do paciente, portador de hipertensão arterial e diabetes *mellitus*, pode ser ministrado no cárcere, sem risco à vida.

4. É inegável a precariedade do sistema prisional brasileiro, com sua superlotação e condições adversas. Contudo, tal argumentação, por si só, não autoriza a substituição da prisão preventiva por domiciliar, cabendo à parte demonstrar o acometimento notório e incontroverso do paciente de um quadro clínico que não permita o seu tratamento no estabelecimento prisional. Precedentes do STJ e STF.

5. *Habeas corpus* não conhecido.

(HC 440.116/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 19/06/2018, DJe 28/06/2018)

10. No caso sob análise, conforme ressalta a Corte de origem, não houve demonstração de que o tratamento da doença indicada pelo paciente não pode ser realizado em estabelecimento prisional, donde, nos termos da jurisprudência dessa Eg. Corte Superior, a súplica não merece acolhimento.

11. Quanto a alegação de o recorrente possuir filho menor que depende dele, não consta dos autos informação que autorize concluir que seja o responsável único pelos cuidados do filho, situação necessária para concessão de prisão domiciliar, conforme o seguinte precedente:

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. PROCESSO PENAL. RECEPÇÃO E ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. PRISÃO PREVENTIVA. PLEITO DE REVOGAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. RISCO CONCRETO DE REITERAÇÃO DELITIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO.

1. A prisão preventiva mantida pela Corte *a quo* está satisfatoriamente fundamentada na necessidade de garantir a ordem pública.

2. Considerou-se, sobretudo, o receio concreto de reiteração delitiva, uma vez que o Recorrente é reincidente, possui condenação definitiva por furto qualificado e responde a outra ação penal pelos crimes de receptação, furto qualificado, adulteração de sinal identificador de veículo e corrupção de menores. Precedentes.

3. Embora todo pai seja indispensável à criação de seus filhos, o benefício previsto no art. 318, inciso IV, do CPP não possuiu aplicação automática, sendo necessário que o homem comprove ser o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos, o que não restou evidenciado, conforme consignou o acórdão recorrido.

4. Recurso desprovido.

(RHC 105.496/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 21/02/2019, DJe 11/03/2019)

12. Desse modo, a menção a existência de filho menor, ou mera indicação de que viva às expensas do recorrente não basta para concessão do regime domiciliar.

Ante o exposto, opina este Órgão Ministerial pelo desprovimento do recurso ordinário.

Realmente, da detida análise destes autos, verifica-se que não houve a comprovação da impossibilidade de recebimento de tratamento adequado no interior da unidade prisional, tampouco da imprescindibilidade do recorrente aos cuidados de filho menor de 12 anos de idade, mostrando-se inviável, assim, a concessão da prisão domiciliar.

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

[...]

2. A situação de extrema debilitação por doença grave, como medida excepcional justificadora da prisão domiciliar, deve ser demonstrada de plano, **mediante a apresentação de documentos e laudos médicos que comprovem a ineficiência e a inadequação estatais no tratamento de saúde prestado no sistema prisional.**

3. Não está demonstrada a suposta incompatibilidade entre o tratamento necessário ao recorrente e sua manutenção no estabelecimento prisional, sobretudo porque as instâncias ordinárias foram firmes ao asseverar que ele tem recebido o tratamento cabível, está em uso de medicação de uso contínuo e foi efetuada solicitação de atendimento na UPA.

4. Recurso não provido.

(RHC n. 117.262/MG, Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 11/11/2019 – grifo nosso).

[...]

VI - É firme a jurisprudência deste Tribunal Superior no sentido de que o deferimento da substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar, nos termos do art. 318, inciso II, do Código de Processo Penal, depende da comprovação inequívoca de que o réu esteja extremamente debilitado, por motivo de grave doença, **aliada à impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra, não bastando para tanto a mera constatação de que o paciente sofre de doença que necessita de tratamento, como no caso dos autos.** Precedentes.

Habeas corpus não conhecido.

(HC n. 511.291/PA, Ministro Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE), Quinta Turma, DJe 16/10/2019 – grifo nosso).

[...]

4. Interpretando o art. 318, VI, do Código de Processo Penal - CPP, inserido ao diploma legal com o advento da Lei n. 13.257/20016, esta Corte Superior firmou entendimento segundo o qual **a prisão domiciliar no caso do homem com filho de até 12 anos incompletos, não possui caráter absoluto ou automático**, podendo o Magistrado conceder ou não o benefício, após a análise, no caso concreto, da sua adequação. 5. No caso dos autos, conforme já explicitado, **as instâncias ordinárias ressaltaram não haver comprovação de que o paciente seria o único responsável pelos cuidados das crianças, não havendo falar em prisão domiciliar no caso.**

6. *Habeas corpus* não conhecido.

Superior Tribunal de Justiça

(HC n. 507.189/GO, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe 19/9/2019 – grifo nosso).

À vista do exposto, com base na jurisprudência e no parecer, **nego provimento** ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 02 de dezembro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator